

# REPÚBLICA DE RAZÕES

Ricardo Leite Pinto



## REPÚBLICA DE RAZÕES\*

Ricardo Leite Pinto<sup>1</sup>

**SUMÁRIO:** *O neo-republicanismo constitui uma corrente filosófica relativamente recente, inserida na família mais ampla das teorias da democracia. Se bem que colhendo a herança do republicanismo histórico que tem as suas raízes no pensamento de ARISTÓTELES ou CÍCERO, reformulado na Renascença pelas vozes de MAQUIAVEL ou HARRINGTON e reconceptualizado nos alvares do constitucionalismo pelos escritos de JEFFERSON ou MONTESQUIEU, o pensamento republicano ganhou novo fôlego no final do século XX quando os estudos históricos de POCKOCK, WOOD e BAYLIN sobre a revolução americana permitiram o desenvolvimento de uma abundante literatura sobre o papel da virtude, da cidadania e da deliberação política nas sociedades modernas. Apesar das notórias diferenças de pensamento nomes como SKINNER, PETTIT, VIROLI ou SPITZ passaram a ser considerados epígonos do neo-republicanismo. Mas outros autores, como HABERMAS, WALZER, SANDEL ou RAWLS, não ficaram indiferentes ao novo surto doutrinário. No campo do Direito Constitucional as influências também se fizeram sentir, sendo de referir na literatura jurídica norte-americana os nomes de MICHELMAN, SUNSTEIN, ACKERMAN ou SHERRY. Esse vasto "corpus" ideológico e teórico abriu novas portas para ler e interpretar as Constituições e o Direito Constitucional. Alguns desses contributos acentuaram o papel da virtude, a participação política, a razão dialógica, a deliberação política, a ideia de soberania popular e a modelização da cidadania. Mas o contributo neo-republicano pode também ajudar a densificar o conceito complexo de "forma republicana de governo", presente em muitas Constituições como limite material de revisão constitucional como é o caso da Constituição Portuguesa de 1976. Embora o conceito de forma republicana de governo remeta para uma fisionomia tradicional que o define por recurso ao elemento anti-monárquico, à "rotation in office", à separação de poderes e à constituição mista, pode também ser lido como um "modo de governar".. Nesta última perspectiva o neo-republicanismo pode ajudar a re-conceptualizar a forma republicana de governo associando-a ao valor epistémico da democracia deliberativa (reforço*

---

\* Comunicação ao VII Congresso da Associação Internacional de Direito Constitucional (IACL, Atenas, 11-15 de Junho 2007) – Workshop "Latest Developments in Constitutional Theory and Doctrine" (Chairs: Profs. Yasuo Hasebe e Otto Pfersmann).

<sup>1</sup> Professor Assistente da Faculdade de Direito da Universidade Lusíada de Lisboa.

*da legitimidade e da correcção das decisões políticas colectivas). Este texto procurará centrar-se neste último ponto, reconciliando a teoria republicana com a forma republicana de governo, aspecto que tem sido descurado pelos juristas neo-republicanos.*

**ABSTRACT:** *Neo-republicanism is a relatively recent line of political thought, part of the widest theories of democracy. Emerging from the historic Republicanism, that has its roots in Aristoteles' or Cíceros' thoughts, reformulated in the Renaissance through the voices of Maquiavel or Harrington and re-conceptualized at the birth of the Constitutionalism by the writings of Jefferson or Montesquieu, the republican thought gained new strength at the end of the XX century when POCOCK, WOOD AND BAYLIN's historic studies, about an American revolution, allowed the development of abundant literature about virtue, citizenship and politic deliberation in modern societies. Despite the notorious differences of thought, names like SKINNER, PETTIT, VIROLI or SPITZ became to be seen as epigones of the neo-republicanism movement. Other authors, like HABERMAS, WALZER, SANDEL or RAWLS, didn't stand indifferent before the new doctrinal burst. These influences were also felt in the field of Constitutional Law, being important to mention MICHELMAN, SUNSTEIN, ACKERMAN or SHERRY, authors part of the north American juridical literature. This vast ideological and theoretical corpus opened new ways of reading and interpreting the Constitutions and the Constitutional Law. Some of these contributions accentuated the importance of virtue, political participation, the dialogical reason, the political deliberation, the idea of popular sovereignty and citizenship. However, the neo-republican contribute could also help condense the complex concept of 'republican form of government', present in many Constitutions as barriers of the constitutional revision, as in the Portuguese Constitution of 1976. Although the concept of republican form of government turned to a traditional physiognomy that is defined, by appeal, to the anti-monarchy element, to the "rotation in office", to the separation of powers and to the mixed constitution, may also be read as a "way to rule".. In this last perspective, the neo-republicanism can help to re-conceptualize the republican form of government, associating it to the epistemic value of deliberative democracy (reinforced by the legitimacy and the correction of the collective political decisions). This text will focus on this last point, reconciling the neo-republican theory with the republican form of government, an aspect that has been relinquished by the neo-republican jurists.*

## 1. NEO-REPUBLICANISMO E TEORIAS DA DEMOCRACIA

O neo-republicanismo procurou recuperar o sentido esquecido da expressão “república” densificando-a à luz da interpretação histórica e dos contributos contemporâneos (PINTO, 2006: 13-33). Faz parte da família das teorias da democracia ao lado, entre outras, da concepção liberal, da concepção participativa ou da concepção comunitária. Nesse sentido é um modelo



normativo e ideal que não pretende descrever a realidade mas a afirmar como ela deveria ser. O neo-republicanismo é pois uma teoria normativa da democracia. Há varias aproximações neo-republicanas, umas de natureza mais liberal outras mais comunitária. É possível, contudo, recensar entre outras, pelo menos três preocupações comuns:

- a) a virtude cívica (virtú / civic virtue), designando o envolvimento na comunidade, a preferência pelo interesse público, a busca do bem comum por oposição à corrupção (a ineptidão para a vida livre, a emergência dos interesses particulares, as “facções”);
- b) a participação política que envolve um alargado processo de discussão e deliberação onde todos podem participar em condições de independência e igualdade (democracia deliberativa) e no qual o papel da argumentação por apelo à razão dialógica (“audi alteram partem”) e ao compromisso conversacional ganham um peso decisivo;
- c) um certo modelo de cidadania e de patriotismo construído em torno da conversa cívica, da participação na “polis” com acento tónico nos deveres e responsabilidades.

Este modelo, sobretudo na sua faceta deliberativa pretende ser uma alternativa às outras teorias da democracia, sobretudo a perspectiva liberal que assenta na agregação de grupos de interesse e na negociação política. O modelo liberal, centrado no individualismo, nos direitos individuais e na democracia de partidos, não teria evitado a crise da democracia contemporânea: corrupção, afastamento dos cidadãos em relação à vida política, apatia cívica, “deficit” de legitimidade nas decisões políticas. Construir um Estado republicano, assente numa democracia republicana tem sido a tarefa de gente tão diversa quanto SKINNER, VIROLI ou PETTIT. Não existe um, mas vários neo-republicanismos. Desde logo deve fazer-se justiça a POCOCK (POCOCK, 1975) e ao seu “Machiavellian Moment” sem o qual o neo-republicanismo não teria voado tão alto. A sua reinterpretação do republicanismo maquiavélico e a sua recepção nas origens da revolução americana, marcando a perenidade do cidadão que se realiza como homem livre na medida em se empenha na vida pública, teve um extraordinário impacto, embora tardio, nos estudos históricos, políticos e jurídicos subsequentes. Mas os escritos de POCOCK não podem fazer esquecer a recuperação republicana que WOOD (WOOD, 1969) e BAYLIN (BAYLIN, 1967) haviam desenvolvido antes a propósito das origens da revolução americana e do debate entre federalistas e anti-federalistas. O republicanismo de POCOCK pode ser visto como uma releitura das preocupações de ARENDT sobre as revoluções americana e francesa, com ênfase na participação cívica dos cidadãos e deliberada hostilidade à visão liberal do Homem e da Sociedade. Diverso, mas também poderoso nos seus seguidores, é o republicanismo “neo-romano” de SKINNER (SKINNER, 1998). A sua república é de uma associação de

cidadãos à ordem jurídica e ao interesse comum, sendo que a participação cívica não é um fim em si, mas um instrumento para a vida livre. Duas outras visões neo-republicanas importantes são as de PETTIT e de VIROLI. O primeiro (PETTIT, 1998) elabora uma teoria do republicanismo contemporâneo que assenta numa concepção da liberdade que remonta ao pensamento clássico: liberdade como ausência de servidão. Opõe assim à concepção liberal de liberdade como ausência de interferência, uma outra, republicana, liberdade como ausência de dominação. Neste sentido sustenta que a tradicional distinção entre liberdade positiva e liberdade negativa estudada por BERLIN (BERLIN, 1969), não dá resposta a uma moderna concepção republicana. O ideal republicano não será tanto o de privilegiar de forma directa e obrigatória a participação na vida política, mas antes preservar a liberdade como não dominação através da deliberação pública valorizando a capacidade dos cidadãos contestarem o poder (democracia contestatária). Por seu lado VIROLI (VIROLI, 2003) desenvolve uma concepção neo-republicana que permita responder às dificuldades quer do comunitarismo quer do liberalismo em matéria de definição de cidadania. Segundo ele o patriotismo republicano seria anti-nacionalista. A adesão do cidadão aos valores substantivos da república como comunidade política, e não aos valores abstractos da “nação”, permitirá a todos exercerem os seus direitos civis e políticos e aderirem às reformas políticas e sociais de forma solidária. A solidariedade implica um sentido de pertença à “república” universalista e não necessariamente à “nação”<sup>2</sup>.

Em França, atendendo às especificidades do património histórico da “república”, mais agarrado aos “lieux de mémoire”, os reflexos do neo-republicanismo anglo-saxónico fizeram-se sentir tarde (SPITZ, 1995, RENAULT, 2005). E o debate acabou por se centrar sobretudo na resposta a dar às reivindicações a favor do reconhecimento de identidades específicas no seio do espaço público, por força da pressão da agenda política mais imediata relacionada com as políticas de integração das minorias étnicas.

Outros autores não se auto-intitulam formalmente neo-republicanos mas não ignoram o debate e o contributo daqueles. Michael SANDEL na sua crítica do liberalismo (SANDEL, 1982) não deixa de considerar que a liberdade depende do auto-governo colectivo, o que pressupõe a capacidade dos cidadãos deliberarem no espaço público por forma a encontrarem o bem comum. Os impasses do liberalismo podem ser ultrapassados pelo recurso a elementos de uma teoria republicana que ponha acento tónica na ligação à comunidade, na virtude cívica e na participação nos assuntos públicos. Também HABERMAS ao distinguir entre a concepção liberal e a republicana quanto à natureza dos processos de

---

<sup>2</sup> Esta tese tem alguns pontos de contacto com a concepção do “patriotismo constitucional” de HABERMAS (AUDIER, 2004: 82)



decisão públicos se orienta por uma terceira via (HABERMAS, 1997; 1998), a democracia deliberativa. Mas esta, na medida em que se centra no valor do diálogo como ideal de comunicação pública virado para o acordo não deixa de reflectir o “apport” republicano. Mesmo RAWLS, que é criticado pelos neo-republicanos dada a sua defesa da ideia liberal do sujeito e a sua concepção “empobrecida” da liberdade, não deixa de reflectir sobre o republicanismo, introduzindo a distinção entre republicanismo clássico e humanismo cívico, com clara simpatia pelo primeiro. O republicanismo clássico pode ajudar a fortalecer a sua concepção de liberalismo político na medida em que a participação dos cidadãos se torne instrumentalmente relevante para a garantia das liberdades individuais (RAWLS, 1995). Finalmente WALZER (WALZER; 1997), defensor das posições comunitárias, sustenta que só uma ligação aberta e plural do cidadão que valorize a sua ligação às várias esferas associativas e religiosas, permite a sua participação política eficaz em todos os níveis. Mas neste aspecto partilha com os neo-republicanos uma certa ideia de participação cívica que é condição de uma sociedade livre.

## 2. NEO-REPUBLICANISMO E DIREITO CONSTITUCIONAL

A discussão republicana no campo do Direito Constitucional tem sido ventilada a duplo título:

- a) os homens da filosofia política procuram construir modelos de funcionamento democrático, com recurso aos utensílios constitucionais tradicionais, ou seja e desde logo, ao papel da Constituição como ordem jurídica do Estado e da Sociedade, por forma a alimentar uma democracia republicana (PETIT, 2003, MARTÍ, 2006), sugerindo novas ou reformuladas figuras jurídico-constitucionais (“checks and balances”, governo misto, direito de petição, iniciativa legislativa popular, “referendums”);
- b) os juristas procuram re-interpretar as Constituições dos seus países à luz do “republican revival”. Por exemplo, os juristas neo-republicanos, designadamente MICHELMAN (1986, 1988), SUNSTEIN (1988, 1993), ACKERMAN (1993) ou SHERRY (1986, 1995) acentuam que é possível ler a Constituição norte-americana de acordo lentes republicanas. Isso significaria que a Constituição de 1787 seria portadora de um código genético “republicano” dedutível do seu lastro histórico, das suas fontes, dos seus princípios e das suas normas. Dito de outra forma: a Constituição norte-americana conteria em si um ideal regulativo – um processo de tomada de decisões políticas substancialmente republicano – à disposição de todos os que o souberem interpretar, simples cidadãos, titulares dos órgãos de poder político ou juizes do Supremo Tribunal.

Este último aspecto significaria mais do que a defesa do regime político democrático, projecto que está insito em todas ou quase todas as Constituições de hoje. Traduziria uma especial qualificação da democracia: uma democracia mais robusta, onde as decisões políticas ganhariam em legitimidade e em justiça.

Contudo o entendimento dos juristas neo-republicanos está longe de ser uniforme (PINTO, 1998: 126-152; 2006: 24-25). Parece ser ponto comum entre todos, ou pelo menos entre os que acima citamos, a ideia de que a definição do bem comum deve nascer do diálogo, como compromisso conversacional o que pressupõe o valor da virtude cívica, e nesse sentido todos são adeptos em maior ou menor grau de uma democracia deliberativa. Contudo não é unânime o entendimento quanto à sede desse diálogo republicano. MICHELMAN (1986, 1988) parece destacar o papel dos juizes do Supremo Tribunal espécie de guardiões do diálogo republicano, SUNSTEIN (1988, 1993, 1999, 2001, 2002) adopta a solução “madisoniana” de centrar o diálogo nos representantes eleitos do povo que acabam por filtrar a vontade popular e corrigir os excessos, o populismo e a irracionalidade, enquanto ACKERMAN (1993, 1998), através da sua teoria dualista, entende que esse papel, pelo menos nos fenómenos os constituintes, cabe ao povo que em momentos excepcionais delibera acerca dos interesses da comunidade.

### 3. NEO-REPUBLICANISMO E “FORMA REPUBLICANA DE GOVERNO”

Quando os juristas neo-republicanos analisam as questões constitucionais e desde logo a Constituição, procurando surpreender uma linhagem republicana no espírito e na letra da Constituição, quase sempre esquecem a relevância da “forma republicana de governo”. Muitas Constituições consagram tal princípio como limite material à revisão constitucional, o que significa que o assumem como trave mestra do ordenamento jurídico-constitucional que deve perpetuar-se de geração em geração. Na Constituição francesa de 1958(art. 89.º al. 5), na Constituição Italiana de 1947 (art. 139.º) ou na Constituição Portuguesa de 1976 (art. 288.º al. b), a expressão aparece como limite material à revisão constitucional. Já na Constituição dos EUA de 1787 ela é encarada como uma clausula garantia (“guarante clause”) na qual o Governo Federal assume a sua protecção no contexto dos Estados Federados.

Vale a pena ver como tem sido encarada a “forma republicana de governo” e a própria expressão “república” pelos constitucionalistas de alguns destes países. Começando pelos EUA a expressão tem suscitado pouco interesse. Há um trabalho já clássico sobre o assunto (WIECEK, 1972) e recentemente outro jurista (SELLERS, 2003: 109-112) recuperou o tema. Para este último a forma republicana de governo assentaria na ideia do bem comum como propósito da actividade política, no quadro da legalidade, da soberania do povo, dos “checks



and balances”, da representação política, de um legislativo bicameral, da independência judicial, da renovação dos cargos políticos e do federalismo.

Em França a república está presente em quase todos os debates políticos e a doutrina proclama a “excepção francesa” em matéria de paixão republicana associando-a aos símbolos, às memórias e à mística. Mas se bem que a Constituição francesa refira a “forma republicana de governo” como limite à revisão constitucional da Constituição de 1958, a sua densificação jurídica não vai muito para além de uma aproximação negativa como “regime oposto à monarquia”. Contudo o Conselho Constitucional francesa tem alargado o conceito por referência à categoria dos valores fundamentais inscritos no preâmbulo da Constituição e aos “princípios fundamentais reconhecidos pelas leis da república”: soberania popular, separação de poderes, liberdades fundamentais, indivisibilidade do Estado e laicidade (VIOLA, 2002: 44-53, MATHIEU e VERPEAUX, 1996).

Finalmente em Portugal a doutrina constitucional e a jurisprudência<sup>3</sup> associam a “forma republicana de governo”, cujas origens históricas remontam à Constituição republicana de 1911, aos seguintes princípios: anti-monarquia, renovação dos cargos públicos, laicidade do Estado, separação entre Igreja e Estado, soberania popular, unidade do Estado (CANOTILHO, 2003: 228).

#### 4. REPÚBLICA, FORMA REPUBLICANA DE GOVERNO E DEMOCRACIA DELIBERATIVA

Uma das obras mais marcantes sobre teorias da democracia na última década do sec. XX “Democracy and Disagreement” (GUTMANN e THOMPSON, 1996) resume o seu desiderato da seguinte maneira: quando os cidadãos discordam moralmente sobre as questões políticas públicas o que devem fazer? Devem deliberar uns com os outros, procurando acordos morais quando puderem e mantendo respeito mútuo quando o não puderem” (GUTMANN e THOMPSON, 1996: 347). A ideia de que as decisões colectivas, que implicam opções fundamentais para a vida em sociedade e actuações por parte dos governantes, deve girar em torno da deliberação, é tão antiga como a história da humanidade. ARISTÓTELES, MONSTESQUIEU, MADISON ou STUART MILL defenderam de formas diferentes, é certo, a deliberação como método de decisão política. Contudo, foi apenas nos últimos dez anos que o ideal deliberativo começou a ganhar novo vigor como forma de responder às debilidades e críticas das modernas democracias, acusadas de excessivo mercantilismo, transformadas que estão

---

<sup>3</sup> O Tribunal Constitucional pronunciou-se uma única vez (Acórdão 364/91) sobre o princípio republicano na Constituição de 1976 associando-o à renovação dos cargos políticos (PINTO, 2006: 80-90).

em jogos político-partidários em que os grupos de interesse prevalecem na balança dos custos e benefícios e em que a acção política redunde numa negociação formalmente legitimada pelo voto (BOHMAN e REHG, 1997, MACEDO, 1999, DRYZEK, 2000). Para além do espectáculo mediático das eleições e dos representantes eleitos reunidos em parlamentos, os cidadãos afastam-se cada vez mais da vida política com a sensação de que as mais relevantes questões da vida política lhes passam ao lado e são decididas por poderosos grupos de pressão.

A democracia deliberativa tornou-se uma alternativa democrática apelativa, obtendo grande adesão académica, sobretudo no mundo anglo-saxónico, nos últimos anos. Em boa parte os trabalhos de HABERMAS (1987 (1981) sobre a "Teoria da Acção Comunicativa" criaram um ambiente filosófico favorável para esse desenvolvimento. Contudo, são ainda muitas as pistas abertas sobre a democracia deliberativa, porque são também diversas as aproximações dos vários autores. Continua a fazer-se uma distinção entre uma democracia deliberativa elitista centrada sobretudo no papel dos representantes e uma democracia deliberativa republicana, que acentua o papel dos cidadãos e a potenciação da esfera pública para a deliberação informal. Esta última permite cruzar a teoria da democracia deliberativa com o neo-republicanismo, de modo que quase todos os neo-republicanos são, a seu modo, mais ou menos deliberativos. Importa pois, antes de mais, ver os traços gerais da teoria da democracia deliberativa e depois a sua assumida filiação republicana.

A democracia deliberativa é um modelo normativo que pretende justificar e legitimar as decisões políticas. É um modelo normativo porque não quer retratar a realidade, antes apontar o que ela deveria ser. Assim, o procedimento deliberativo é uma condição para a legitimidade das decisões políticas. Trata-se de um ideal regulativo e aproximativo (ELSTER, 1998: 8). Regulativo dado que se trata "de um horizonte normativo em direcção ao qual devemos tender na medida do possível" (MARTÍ, 2006: 25). Aproximativo porque opera gradualmente: quanto mais deliberativo for o processo decisório mais legítimas serão as decisões políticas. Este ponto é extremamente importante para uma das reflexões conclusivas deste texto. Se admitirmos que o ideal deliberativo é válido e dá corpo a um modo republicano de governar, não estamos a excluir outras hipóteses de decisão democrática (negociar ou votar, por exemplo) mas afirmamos um grau de exigência suplementar no processo de decisão política que a não ocorrer (ou se ocorrer de forma empobrecida), pode invalidar o resultado final à luz do paradigma constitucional republicano.

Antes de avançarmos importa desde já afastar as grandes objecções à democracia deliberativa. Se a deliberação visa pela via da argumentação um consenso em torno de certas questões fundamentais para a vida em sociedade, a verdade é que há desacordos irredutíveis entre os cidadãos ou grupos de cidadãos (por razões culturais, religiosas ou sociais) que abalam a exequibilidade de qualquer esforço deliberativo. Os críticos falam então de irrealismo,



inocuidade e prejuízo da deliberação. No essencial todos se arrumam em torno da ideia de que se trata de um ideal utópico, que pressupõe uma realidade que não existe, o que torna impossível superar os desacordos (BOHMAN, 1996: 71--105). A tese realista não invalida que o processo deliberativo seja idealmente melhor que qualquer outro. E mesmo quando não resolve os conflitos ou não chega a consensos, não deixa de melhorar a qualidade das decisões, sobretudo se o desacordo persistir em momento posterior à deliberação. Nenhum teórico da democracia deliberativa cai no absurdo de admitir que tudo se concilia, tudo se consensualiza, todos os conflitos de superam. É inegável que os chamados “conflitos profundos” das sociedades contemporâneas, como a eutanásia, o aborto, a pena de morte, a legalização das drogas leves, produzem desacordos persistentes. Nestes casos como escreve o constitucionalista norte-americano CASS SUNSTEIN o facto de não chegarmos a acordo quanto a esses pontos não significa a invalidade da deliberação. Podemos ter que recorrer a outra estratégia democrática, votar ou negociar, mas não deixaremos de deliberar com resultados práticos positivos, ainda que incompletos ou parciais. Por exemplo, podemos sempre chegar a acordo quanto a questão parciais que eliminem as maiores controvérsias: é aquilo a que se chama o “uso construtivo do silêncio” (SUNSTEIN, 1999: 130). Não é necessário alcançar acordo sobre todos os nossos princípios, ou sobre todas as razões que levam a acreditar nesses princípios – em alguns casos será mesmo impossível – mas podemos chegar a acordo sobre algum ponto que ponha fim às controvérsias e “silenciar o nosso sistema de crenças”. Estes “acordos teorizados incompletamente” (SUNSTEIN; 1999: 128-148) reduzem o perigo dos desacordos persistentes e permitem a convivência dos cidadãos com respeito mútuo e civilidade. Outra das críticas à teoria deliberativa assenta na sua aparente contradição: a deliberação em vez de aproximar, afastaria. Trata-se de um fenómeno estudado na chamada psicologia social e conhecido como “polarização de grupos” (SUNSTEIN, 2002: 176). A polarização irracional pós-deliberação significaria que as convicções do grupo deliberante se extremariam como resultado do próprio processo deliberativo. Se, por exemplo, num debate pró e contra a interrupção voluntária da gravidez os grupos deliberantes estão muito fechados, limitados na argumentação disponível, impermeáveis a vozes alternativas e dissonantes, avessos a informação complementar e se enquistam no contexto das influências sociais que modelam os seus comportamentos (reputação e auto-imagem) o resultado, dizem os estudos empíricos, será contrário ao consenso e ao acordo. Mas ainda que assim seja – e mais uma vez a crítica decorre de uma leitura realista da teoria deliberativa – não se vê como o resultado da deliberação possa ser considerado negativo ou inferior a qualquer outro processo de decisão com exclusão da deliberação (como a simples agregação de preferências pelo voto ou a negociação). Mesmo que a deliberação em alguns casos possa agravar o conflito social – e seguramente não é a deliberação só



por si como processo a única ou principal causa desse agravamento – não se vê como possa considerar-se melhor um modelo inverso onde prevaleça a ignorância dos cidadãos como forma de preservar as suas “incoerências e irracionalidades” (MARTÍ, 2006: 37).

Os mecanismos utilizados em democracia para decidir são fundamentalmente três (ELSTER, 1998: 6): votar, negociar ou argumentar. Em regra, os três referidos mecanismos são utilizados concomitantemente. Acontece porém que os três modos se articulam de forma a fazer sobressair um deles consoante o modelo de democracia escolhido: a “democracia como mercado” predominantemente no voto, a “democracia pluralista” na negociação e a “democracia deliberativa” na argumentação. Começando na primeira que assenta na teoria da “social choice” o sistema democrático vê-se transformado num mercado económico onde os partidos vendem programas que são adquiridos pelos votantes. Se bem que o voto prevaleça como meio para tomar decisões, aquele decorre fundamentalmente de uma motivação política entre interesses individuais ou grupais egoístas. O modelo pluralista preconiza a negociação e o compromisso como meios para decidir politicamente, entendendo a democracia como uma competição livre entre grupos de interesse que lutam por influenciar as decisões políticas, vendo-se obrigados a negociar para alcançar um compromisso básico na tomada de decisões. A negociação é pois o coração do modelo. Finalmente a democracia deliberativa assenta no princípio da argumentação de acordo com o qual a troca de razões a favor ou contra certa solução, num quadro de liberdade e igualdade de oportunidades, pode alcançar a melhor e mais correcta decisão. Pretende-se a assim a transformação racional das preferências imparciais<sup>4</sup> que entram inicialmente como “input” do processo deliberativo de forma a atingir um consenso, não por agregação de interesses ou por negociação. A força dos argumentos deverá prevalecer sobre as ameaças, as coações, as promessas ou a maioria dos votos. E porque, como se disse, não há democracia que se baseie unicamente na argumentação, nem a argumentação só por si, como vimos, pode eliminar definitivamente os desacordos básicos, é que a democracia deliberativa que assenta no princípio da argumentação não afasta o voto ou a negociação, acabando aliás, no seu desenho institucional por considerar em maior ou menor grau algum mecanismo de voto.

A democracia deliberativa assenta na ideia de interesse geral e na noção de bem comum, que resultará da agregação de interesses intersubjectivos de todos os cidadãos. Não é possível no âmbito deste texto desenvolver esta com-

---

<sup>4</sup> O ideal deliberativo pressupõe preferências imparciais, pelo que as formas institucionais da deliberação na lógica dos seus defensores devem evitar as motivações autointeressadas e os usos estratégicos da argumentação, que nem sempre são combatidas pela “força civilizadora da hipocrisia” (ELSTER, 1998:111).

plexa matéria, assim como não podemos de forma exaustiva analisar as precondições da deliberação e os seus princípios estruturais tais como a literatura sobre a matéria os tem apresentado. Limitar-nos-emos a um breve resumo do tema para que se compreenda o valor epistémico da teoria deliberativa.

A questão do interesse geral e do bem comum é um verdadeiro cavalo de batalha da teoria deliberativa, justamente porque é a única em confronto com as alternativas referidas antes, que afirma que o “interesse geral” só se pode entender por adição dos interesses subjectivos de todos os cidadãos. Ainda que partamos, no processo deliberativo, de interesses individuais e egoístas a necessidade de os confrontar em debate público por apelo a razões que os fundamentem, leva à generalidade e à intersubjectividade e portanto a uma fundamentação com base em princípios e não apenas desejos, gostos ou meras preferências egoístas. Se alguém actua com base em princípios é equivalente a dizer-se que actua motivado pelo bem comum. Assim, a noção de “bem comum” corresponde ao do interesse geral no sentido do conjunto de interesses inter-subjectivos existentes na comunidade (MARTÍ, 2006: 64). A deliberação pressupõe esse entendimento, nisto acordam todos os democratas deliberativos. Mas há inúmeras divergências quanto às respostas a dar a outras questões: quem delibera? como se delibera? quais as pre-condições para deliberação? quais as regras ou princípios por que se rege a deliberação? haverá limites às questões sujeitas a deliberação?

Resposta à primeira questão é essencial. Isto porque há quem defenda um modelo deliberativo mais elitista centrado essencialmente nos representantes eleitos do povo e outro mais alargado que tem como sujeitos os cidadãos. A resposta dada por HABERMAS (1987: 33), quando este sustenta que os participantes na deliberação são todos os potencialmente afectados pela decisão que vai ser produzida, é uma boa base de trabalho mas não resolve o problema. Devemos reduzir a deliberação ao nível dos órgãos representativos ou alargá-la a todos os cidadãos? Uma visão estrutural e verdadeiramente deliberativa é por natureza ampla e anti-reducionista. Não pode ignorar a estruturação das modernas sociedades, a sua complexidade geográfica e demográfica e o facto que as democracias modernas serem institucionalmente representativas. Daí que a deliberação deve ocorrer nos fóruns representativos, mas também e cada vez mais, em fóruns de cidadãos, em espaços públicos formais e informais ou mesmo pela vida da participação directa (OVEJERO, MARTÍ, GARGARELLA, 2004: 38-43). Quanto ao conteúdo da deliberação ela há-de incidir sobre questões de natureza política que adoptarão a forma de norma/s jurídica/s com necessária aplicação colectiva. Isto significa que em regra, todos os actos do Estado, com excepção dos actos de natureza tipicamente jurisdicional e os de natureza individual e concreta pela via da aplicação, podem e devem ser objecto de um procedimento deliberativo. Do ponto de vista conceptual é possível considerar que certas questões, por dizerem respeito ao foro da vida



privada ou por envolverem especificidades técnicas, não podem ser sujeitas a deliberação. Em qualquer caso isso releva mais do desenho institucional da democracia deliberativa do que da sua projecção teórica. Na verdade, há zonas que constitucionalmente estão vedadas a certos modos concretos de deliberar, como, por exemplo, quando as Constituições subtraem a referendo certas matérias. Mas a verdade é que a própria Constituição, na teoria deliberativa, não deve ficar excluída na sua aprovação e revisão a uma processo de argumentação (ELSTER, 1998 a: 116). O processo deliberativo exige por um lado pré-condições de deliberação que são condições de viabilidade do próprio processo e do outro princípios estruturais de funcionamento que habilitam a uma deliberação mais rigorosa e eficaz. O tema é altamente complexo e não pode ser desenvolvido aqui. A distinção entre pré-condições e princípios nem sempre é evidente na literatura deliberativista. E são por demais evidentes alguns paradoxos que podem perturbar o valor intrínseco da teoria (NINO, 1996:192-193). É óbvio que a deliberação exige pluralismo e desacordo. Sem desacordos não há nada para deliberar. A argumentação exige boa preparação e informação dos cidadãos, quer para argumentar quer para entender os argumentos, exige liberdade de opinião, exige igualdade de acesso à arena pública, e não podem ser descuradas as questões da igualdade de oportunidade e da redistribuição da riqueza. Ora, o cumprimento dessas pré-condições está obviamente dependente da eficácia das decisões políticas que as promovam: se queremos ter bons argumentos temos que dar mais e melhor educação aos cidadãos e incentivos à vida pública e participada. Nesse sentido a legitimidade das decisões alcançadas pela via deliberativa depende em boa medida das pré-condições assinaladas. Mas também, do ponto de vista procedimental, do respeito de certos princípios. Todos giram em torno da ideia de argumentação – governo por discussão, troca de argumentos e razões a favor ou contra certa proposta (MANIN, 1998: 352-353) –, a saber: princípio do procedimento colectivo, princípio da inclusão, princípio da publicidade, princípio do procedimento aberto e contínuo, princípio da igualdade e da liberdade dos participantes. Do ponto de vista da sua justificação, a democracia deliberativa afirma-se quer pelo seu valor epistémico, na medida em que garante maior correcção e legitimidade das decisões políticas, quer pelo seu respeito a valores substantivos como a dignidade, a autonomia e a igualdade política básicas. A afirmação para ser devidamente fundamentada exigiria uma digressão aprofundada pelo conceito e teorias da legitimidade política e uma discussão acerca da justiça procedimental e da justiça substantiva nas decisões políticas. Infelizmente não é possível fazê-lo mas não pode deixar de se indicar os principais tópicos da justificação epistémica propostos pela generalidade dos deliberativistas, seguindo de perto a excelente síntese avançada por MARTÍ (2006: 194-201). Dir-se-à então que o procedimento democrático deliberativo se legitima na medida em que permita chegar a decisões mais correctas que os outros processos



de decisão política como o voto ou negociação. Os seus quatro efeitos mais relevantes são: a deliberação melhora e incentiva o intercâmbio de informação, arrastando consigo uma acréscimo de competência dos cidadãos para participar no processo deliberativo; a argumentação permite detectar erros de facto e de lógica que nos levam a corrigir os nossos pontos de vista; a argumentação, na medida em que é um processo racional dialógico permite um melhor controlo dos aspectos emocionais que são meio caminho para as preferências irracionais; a deliberação tende a neutralizar as desigualdades de informação que são uma fonte de manipulação política.

Por outro lado, existe um segundo tipo de justificações de natureza substantiva que apontam para que a deliberação, por confronto com os outros modelos, se mostre mais “amiga” de certos valores morais. Nesse sentido diz-se que a deliberação respeita a liberdade, a igualdade, a dignidade e nessa medida reforça valores como a reciprocidade, a cooperação, o pluralismo ou o progresso (MICHELMAN, 1986: 33, 40-41). Se bem que, como se afirmou antes, a democracia deliberativa seja uma teoria normativa que visa idealmente encontrar as melhores formas de decisão política, os seus autores não dispensam de propor soluções para que esse desiderato possa ser alcançado. Essas soluções ora visam reforçar a esfera pública para que as associações civis, os grupos de cidadãos e os próprios cidadãos possam deliberar mais e melhor de forma não institucional, ora procuram melhorar os meios institucionais de deliberação e desde logo propondo reformas ao nível do funcionamento dos parlamentos. Algumas destas propostas envolvem a própria alteração da Constituição<sup>5</sup>. No primeiro grupo de propostas destacam-se: a) transparência nos processos de decisão estatais; b) dever de fundamentação das decisões públicas; c) regulação e promoção da vida associativa; d) educação cívica; e) regulação do uso e acesso aos meios de comunicação social por forma a assegurar a liberdade de expressão; f) criação de fóruns deliberativos digitais públicos com democratização das novas tecnologias de informação. Do lado das propostas para reforçar a deliberação institucional (NINO, 1996: 205-209, PETTIT, 1997): a) direito de petição e de iniciativa legislativa popular; b) mecanismos de participação de associações nas deliberações, designadamente no processo legislativo; c) reforço das consultas populares e dos “referenduns” deliberativos; d) participação dos cidadãos na Administração Pública; e) várias formas de participação dos cidadãos nos processos decisórios a título vinculativo ou consultivo, como as “deliberative polls”, a “deliberation day” (ACKERMAN e FISHKIN, , 2002) ou os “orçamentos participativos”. Estas propostas de desenho institucional

---

<sup>5</sup> A discussão sobre a rigidez constitucional e o controlo judicial da constitucionalidade das leis tem mostrado que os adeptos da teoria deliberativa desconfiam de ambas. Uma excessiva rigidez constitucional e um controlo da constitucionalidade inimigo da legislador democrático dificilmente se compatibilizam com o ideal (MARTÍ, 2006: 292).

permitem contextualizar a democracia deliberativa como um ideal participativo, no sentido em que exige uma maior participação dos cidadãos, mas que não se confunde com qualquer forma de populismo ou de democracia directa. Pelo contrário, assenta na estrutura representativa do Estado Constitucional contemporâneo, e visa reforçar a sua dinâmica deliberativa.

A democracia deliberativa, afirmou-se desde o início, é um modelo que permite legitimar as decisões políticas. Seguramente como os outros modelos democráticos que assentam predominantemente no voto ou a negociação também o são. O ponto está em que pretende afirmar-se como *o melhor modelo*: quanto mais democrática e deliberativa for a decisão política mais legítima ela é (MICHELMAN, 1989: 317). Nesse sentido a teoria deliberativa é uma teoria procedimental e substantiva sobre a legitimidade (GUTMAN e THOMPSON, 1996: 26-39).

Vejamos agora a filiação republicana da democracia deliberativa. Já se afirmou que muitos deliberativos, embora não a maioria, se afirmam neo-republicanos (SUSTEIN, 1988, 1993; SANDEL, 1997, MICHELMAN, 1986, 1988; PETTIT, 2003, SKINNER, 1998, BRUGGER, 1999, MAYNOR, 2003, MONOHAN, 2002). Contudo, nenhum deles, designadamente os juristas, associa de forma expressa ou indirecta à “república” ou a “forma republicana de governo” constitucionalmente consagradas a esse ideal deliberativo. Contudo os fundamentos filosóficos e históricos do neo-republicanismo permitem essa associação.

Que o modelo ou a ideia de democracia deliberativa tem um indiscutível “pedigree” republicano como refere PETTIT (1997) é indiscutível. O republicanismo tradicional, sobretudo o que ganha densidade nos debates do humanismo cívico clássico e renascentista assenta na crença da “razão dialógica”: o santo e a senha deveria ser sempre “audi alteram partem”, ou seja escuta sempre a outra parte (SKINNER, 1996: 15-16). O modelo apropriado para as decisões políticas era o do diálogo e da argumentação, no sentido em que se acreditava que as disputas eram ultrapassadas de modo dialogante<sup>6</sup>. Esse mesmo modelo, como resulta claro dos estudos de ELSTER ((1998 a: 97) sobre as convenções constituintes norte-americana e francesa do sec. XVIII, manteve-se nos alvares do constitucionalismo e deu corpo à natureza do mandato parlamentar. Os representantes do povo não estão vinculados às orientações dos que os elegeram. Pelo contrário, como dizia SIEYÈS na Assembleia Nacional francesa de 1789: “Os deputados vêm à Assembleia Nacional, não para a

---

<sup>6</sup> A referência de MAQUIAVEL (MAQUIAVEL, 1996: 200) aos tumultos da antiga Roma como algo de positivo, significando intenso envolvimento político e logo como uma manifestação elevada da virtude cívica, no que se afasta radicalmente do pensamento da época que elogiava a concórdia e via nas lutas entre facções uma ameaça à liberdade, continua a ser alvo de interpretações contraditórias (SKINNER, 1981, 1996). Mas pode ser lida como um apelo à resolução conversacional das controvérsias e à defesa de um ideal de participação política deliberativa (SKINNER, 1981: 66-67).

anunciar os desejos já fixados dos seus eleitores, mas para deliberar e votar livremente segundo a sua opinião". Em resumo, a tradição republicana "assenta no valor da liberdade, numa compreensão da mesma que difere da defendida pelo liberalismo clássico, na vinculação dessa ideia de liberdade a uma concepção robusta, participativa e deliberativa da democracia, que acentue o valor da igualdade política entre os cidadãos e a reivindicação do papel da virtude cívica como motor do auto-governo da república e do fortalecimento da esfera pública como espaço para a participação por excelência" (MARTÍ, 2006: 252). E esse não pode deixar de ser, também, o sentido normativo assumido pela "república" e pela "forma republicana de governo" expressões que pontificam nas Constituições republicanas em vigor como a norte-americana, a francesa, a italiana ou a portuguesa. Sendo que, como vimos, no coração da concepção republicana se encontra justamente um ideal democrático- deliberativo cujo valor epistémico se enfatizou.

## 5. CONCLUSÃO

Um dos escritos pioneiros do neo-republicanismo constitucional (SUNSTEIN, 1988: 1576) chamava a atenção para o então nascente revivalismo republicano e com ele para as tarefas da teoria constitucional moderna: integrar o pensamento republicano tradicional com o papel do Estado regulador, a necessidade de organizações públicas e privadas modernas para alcançar objectivos republicanos e sobretudo, dar importância ao diálogo e ao desacordo no processo político pela via deliberativa.

E é também SUNSTEIN (SUSTEIN, 1993: 20) quem fala de "república de razões" como um ideal regulativo que permite que as decisões colectivas se tomem de forma argumentada, onde os cidadãos ou os seus representantes aspirem a resolver as suas disputas de modo conversacional: cada um de nós tem o direito a esperar que os outros argumentem por forma a que eu, em princípio, os aceite, da mesma forma a que os meus argumentos devem, também em princípio, ser aceites pelos outros que comigo conversam (GUTMANN e THOMPSON, 1996: 55).

Este ideal tem uma inegável filiação republicana e veio a ser desenvolvido e densificado nos últimos anos no quadro das teorias da democracia pela corrente neo-republicana. Com o contributo dos juristas, o pensamento neo-republicano apostou numa agenda de reformas institucionais por forma a valorizar o ideal deliberativo. E simultaneamente permitiu ler as Constituições – designadamente a Constituição norte-americana – com novas lentes, reforçando as suas vertentes deliberativas. Neste último aspecto, contudo, que é sobretudo uma tarefa de interpretação constitucional e de reconstrução semântica, esqueceu-se ou desvalorizou-se a força do conteúdo normativo que as



expressões “república” e “forma republicana de governo” poderiam e deveriam ter. O “republican revival” prescindiu do suporte textual da forma republicana de governo, mantendo dele uma leitura minimalista sobretudo associado à protecção anti-monárquica, aos direitos fundamentais e à separação de poderes. Com algumas diferenças é esse também o entendimento que na Europa o constitucionalismo vem fazendo de idênticas cláusulas nas Constituições francesa, italiana ou portuguesa.

Contudo é possível e desejável reconciliar o neo-republicanismo e a sua ênfase deliberativa com a forma republicana de governo. Falaríamos assim de uma “república organizada segundo princípios republicanos” (PINTO, 1998: 180). A solução pode passar por encarar a forma republicana de governo como um “ethos” político portador de um duplo sentido: organizatório e substantivo. Esta leitura a duas pistas, na lógica dualista que está presente em muitos neo-republicanos (ACKERMAN, 1993, 1998) permitiria ver a dimensão organizatória como um rearranjo do modelo misto polibiano, com a separação de poderes, os checks and balances, a dimensão electiva (soberania popular) e a “rotation in office”(com um motivo explicitamente anti-monárquico), mas também uma dimensão substantiva assente fundamentalmente na sua possibilidade dialógica (MICHELMAN, 1986, 1988) através do compromisso deliberativo que funda uma “república de razões”.

## BIBLIOGRAFIA

ACKERMAN, Bruce

(1993), *We the People: Foundations*, The Belknap Press of Harvard University Press

(1998), *We the People: Transformations*, The Belknap Press of Harvard University Press

ACKERMAN, Bruce and FISHKIN, J.

(2002), “Deliberation Day” *Journal of Political Philosophy*, vol. 10. n.º 2 pp. 129-152

ARENDT, Hannah

(1990 (1963), *On Revolution*, Penguin Books

AUDIER, Serge

(2004), *Les Théories de la République*, Paris, La Decouverte

BAYLIN, Bernard

(1992 (1967), *The Ideological Origins of the American Revolution*, Cambridge, London, The Belknap Press of Harvard University Press

BOHMAN, James and REHG, William (eds.)

(1997) *Deliberative Democracy*, Cambridge, London, The MIT Press

BRUGGER, Bill

(1999), *Republican Theory in Political Thought, Virtuous or Virtual?*, London Mac Millan Press

CANOTILHO, Gomes

(2003), *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*, 7.<sup>a</sup> eds., Coimbra, Almedina

DRYZEK, John

(2000), *Deliberative Democracy and Beyond, Liberal, Critics, Contestation*, Oxford, Oxford University Press

ELSTER, Jon (eds)

(1998), *Deliberative Democracy*, Cambridge, Cambridge University Press

(1998 a), "Deliberation in Constitution Making" in ELSTER (1998)

GUTMANN, Amy and THOMPSON, Dennis

(1996), *Democracy and Disagreement*, Cambridge, London, The Belknap Press of Harvard University Press

HABERMAS, Jurgen

(1987 (1981)), *Teoria de la Acción Comunicativa*, Madrid, Taurus

(1994) "Human Rights and Popular Sovereignty: The Liberal and Republican Versions" in *Ratio Juris*, vol. 7, n.º 1, pp-1-13

(1997) *Droit et Démocratie, Entre Faits et Normes*, Paris, Gallimard

(1998), *L'Intégration Républicaine, Essais de Théorie Politique*, Paris, Fayard

HONOHAN, Iseult

(2002), *Civic Republicanism*, London, Routledge

MACEDO, Stephen (eds.)

(1999), *Deliberative Democracy, Essays on Democracy and Disagreement*, Oxford, Oxford University Press

MANIN, Bernard

(1998), *Los Principios del Gobierno Representativo*, Madrid, Alianza Editorial

MAQUIAVEL, Nicolau

(1986), *Oeuvres* (Christian Bec, org.) Paris, Robert Lafont

MARTÍ, J. Luis

(2006), *La República Deliberativa, Una teoría de la Democracia*, Madrid, Marcial Pons

MATHIEU, Bertrand and VERPEAUX, Michel

(1996), *La République en Droit Français*, Paris, Economica

MAYNOR, John

(2003), *Republicanism in the Modern World*, Cambridge, Polity

MICHELMAN, Frank

(1986), "The Supreme Court 1985 Term Foreword: traces of self-government", *Harvard Law Review*, 100, pp. 4-77

(1988) "Law's Republic" *Yale Law Journal*, vol. 97, n.º 1 pp. 1493-1537

NINO, Carlos Santiago

(1996), *The Constitution of Deliberative Democracy*, New Haven, London, Yale University Press

OVEJERO, Felix, MARTÍ, J.Luis and GARGARELLA (eds.)

(2004), *Nuevas Ideas Republicanas, Autogobierno e Libertad*, Barcelona, Paidós

PETTIT, Philip

(1997), *Republicanism, A theory of Freedom and Government*, Oxford, Oxford University Press

PINTO, Ricardo Leite

(1998), *O "Momento Maquiavélico" na Teoria Constitucional Norte-Americana, Republicanismo, História, Teoria Política e Constituição*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora

(2006), *Neo-Republicanismo, Democracia e Constituição*, Lisboa, Universidade Lusíada Editora

POCOCK, J.G.A

(1975), *The Machiavellian Moment, The Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*, Princeton, Princeton University Press

POLIN, Raymond

(1997), *La République entre Démocratie Sociale et Démocratie Aristocratique*, Paris, PUF

RAWLS, John

(1995), *Political Liberalism*, New York, Columbia University Press

RENAUT, Alain

(2005), *Qu'est-ce qu'un peuple libre? Liberalisme ou républicanisme*, Paris, Grasset

SANDEL, Michael

(1982), *Liberalism and the Limits of Justice*, Cambridge, Cambridge University Press

(1996), *Democracy's Discontent, America in Search of a Public Philosophy*, The Belknap Press of Harvard University Press

SELLERS, M.N.S.

(2003), *Republican Legal Theory, The History, Constitution and Purposes of Law in a Free State*, Palgrave Mac Millan

SHERRY, Suzanna

(1986), "Civic Virtue and the Feminine voice in constitutional Adjudication", *Virginia Law Review*, vol. 72, pp. 543 e ss

(1995), "Responsible Republicanism: educating for citizenship" in *The University of Chicago Law Review*, vol. 62, pp. 131 e ss

SKINNER, Quentin

(1981), *Machiavelli*, Oxford, Oxford University Press

(1998), *Liberty before Liberalism*, Cambridge, Cambridge University Press

SPITZ, Jean Fabien

(1995), *La Liberté Politique*, Paris, PUF

SUNSTEIN, Cass

(1988), "Beyond the Republican Revival" *Yale Law Journal*, vol.97, pp.1539-1590

(1993), *The Partial Constitution*, Cambridge, Harvard University Press

(1999) "Agreement without Theory" in MACEDO (1999), pp. 123-150

(2001), *Republic.com*, Princeton, Princeton University Press

(2002), "The Law of Group Polarization" *Journal of Political Philosophy*, vol. 10 n.º 2, pp: 175-195

(2003), *Why Societies need more Dissent*, Cambridge, Harvard University Press

VIOLA, André

(2002), *La notion de République dans la Jurisprudence du Conseil Constitutionnel*, Paris, LGDJ



VIROLI, Maurizio

(2002), *Republicanism*, New York, Hill and Wang

WALZER, M.

(1997), *Sphères de Justice*, Paris, Seuil

WOOD, Gordon

(1993 (1969), *The Creation of the American Republic, 1776-1787*, New York, Norton Company.

